

DEBATE/José Fogaça e Luís Eduardo Magalhães

# Qual o sistema de governo ideal para o País?

Fotografias de Sérgio Marques

PAMELA NUNES

BRASÍLIA — Eles concordam sobre diversos pontos. São, por exemplo, contra qualquer tipo de acordo envolvendo sistema de governo e mandato presidencial e repudiam a aprovação de um sistema híbrido como solução para um eventual impasse. Mas divergem, fundamentalmente, nas posições que defendem na Constituinte sobre os dois temas.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) é um dos mais ferrenhos defensores do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney. Já o Senador José Fogaça (PMDB-RS) está entre os parlamentaristas mais inflexíveis e não admite participar de qualquer negociação que não inclua um período de quatro anos para o atual Governo.

O GLOBO ouviu as razões e justificativas dos dois Constituintes, que se mantêm alheios às

negociações de última hora sobre o sistema de governo. Luís Eduardo afirma que eleições presidenciais neste ano levariam o País ao caos econômico. O Senador Fogaça — o primeiro a propor na Constituinte o parlamentarismo com quatro anos de mandato presidencial, ao redigir o relatório da Subcomissão Temática sobre Poder Executivo — diz que o sistema de gabinete implantado sob a égide do Governo Sarney se enfraqueceria.

Luís Eduardo só aceitaria o parlamentarismo se a população fosse consultada e com eleições gerais. Fogaça contra-ataca dizendo não serem necessárias novas eleições porque, se aprovado o parlamentarismo, o Presidente da República terá poderes para dissolver a Câmara dos Deputados:

— Caso a Câmara não expresse a vontade popular e produza um situação de impasse, o Presidente pode simplesmente dissolvê-la.

A possibilidade de acordo entre parlamentaristas e presidencialistas é descartada por Luís Eduardo.

— Quem defende o presidencialismo como princípio, e eu me incluo entre estes Constituintes, não aceita negociação — justificava.

Fogaça reage às declarações de que setores do PMDB, ao tentarem implantar o parlamentarismo, estariam fugindo das urnas.

— O PMDB terá de vencer as eleições presidenciais porque o nosso projeto parlamentarista não prevê um Presidente da República decorativo.

A possibilidade de o sistema de governo cair no "buraco negro" preocupa Luís Eduardo. Ele teme que do impasse surja um sistema de governo híbrido.

— O "buraco negro" não é positivo. Se surgir o impasse, temo que se produza um sistema arranjado, provisório, portanto não duradouro.



O parlamentarista José Fogaça e o presidencialista Luís Eduardo numa queda de braço ainda sem definição

O GLOBO — Às vésperas da decisão, qual o sistema de governo e mandato presidencial ideal para o País?

LUÍS EDUARDO — O presidencialismo, com cinco anos de mandato para o atual e futuros Governos.

FOGAÇA — Parlamentarismo, com cinco anos de mandato para os futuros Governos e quatro para o Presidente José Sarney.

O GLOBO — Como justificam as posições tão diferentes?

LUÍS EDUARDO — Defendo cinco anos porque acho absolutamente inconveniente eleições ainda neste ano. Em primeiro lugar, em função da crise econômica. Em segundo, porque seria discriminar o Presidente José Sarney, pois estamos defendendo um mandato de cinco anos para os futuros Governos. Acho que o parlamentarismo, sobretudo em função da conjuntura, seria uma aventura. Não temos ainda uma estrutura burocrática que permita a mudança no sistema de governo nem partidos fortes. Ao contrário, temos partidos completamente divididos, sem unidade, sem condições de sustentar um gabinete. Só aceitaria uma nova forma de governo, até mesmo parlamentarismo, se fosse submetido a plebiscito e eleições gerais. Ai poderia ser até razoável.

FOGAÇA — Quero dizer que em primeiro lugar, e acima de tudo, sou um adepto do parlamentarismo. Acredito que este é o sistema de governo que dará ao País a perspectiva de um verdadeiro pacto social. Estamos vivendo uma crise no nosso sistema capitalista que não supõe uma saída pela direita, com uma radicalização autoritária, nem uma solução revolucionária, no que acredito ainda muito menos. Isso leva a supor que há a convicção de que é preciso ceder um pouco em torno de um pacto econômico. E isso não elimina Governo e oposição. A experiência de 98 anos de presidencialismo provou que este sistema fracassou neste País. Só houve um Presidente da República que iniciou e terminou o seu período de Governo, transmitindo o cargo ao sucessor eleito por eleições diretas, que foi Juscelino Kubitschek. Esta é a marca da tragédia presidencialista.

O GLOBO — Além de defenderem sistemas de governo diferentes, por que não concordam com a data da sucessão presidencial?

LUÍS EDUARDO — Estamos com um índice de inflação muito alto, já ultrapassamos o percentual de 500% ao ano; estamos com sete por cento de déficit público, em relação ao PIB e uma eleição este ano nos levaria, sem dúvida alguma, ao caos econômico. O próximo Presidente da República assumiria com um índice de inflação de mil por cento. Isso seria realmente uma tragédia. O que eu acho é que a classe política deveria dar o respaldo necessário para que o Presidente Sarney elabore um plano econômico urgente, sobretudo no que diz respeito a liberar preços e salários e combater o déficit público, porque só assim nós colocaríamos a economia, dentro de pouco tempo, nos trilhos, em uma posição razoável, suportável pela sociedade. O que a sociedade não suporta é a inflação neste patamar, ainda com perspectiva de aumento, porque isso é muito injusto para a classe trabalhadora. Este plano econômico conseguiria, dentro de um médio prazo, colocar a economia no rumo certo, o que daria uma certa tranquilidade à Nação até mesmo para a realização de eleições no próximo ano. Além disso, existe a negociação da dívida externa. Seria muito difícil levar as negociações a bom termo com o mandato do Presidente terminando no início do próximo ano. A negociação externa é fundamental para o acerto interno e ela só seria viável para o País se o Presidente Sarney tivesse mais um ano para dar segmento à política econômica do Ministro Mailson da Nóbrega.

## POR QUE SOU PARLAMENTARISTA

1 'Este sistema dará ao País o pacto social'

2 'Não teremos mais partidos divididos'

3 'Ele nunca dispensa a articulação política'

4 'Presidencialismo fracassou em 98 anos'



Senador José Fogaça

O GLOBO — Em apenas mais um ano de governo mudaria o quadro econômico?

LUÍS EDUARDO — Eu não tenho dúvida de que no instante em que conseguimos votar o sistema de governo e o mandato do Presidente da República, Sarney poderá elaborar este plano econômico, pois tenho certeza de que a classe política dará respaldo, porque o que a sociedade realmente não deseja é o caos econômico. Isso é ruim para todo mundo: não gera os empregos necessários e além disso a inflação é um imposto injusto para a classe trabalhadora.

O GLOBO — O senhor já justificou a sua posição parlamentarista, mas por que os quatro anos de mandato?



1 'Nosso projeto não prevê Presidente nulo e decorativo'

FOGAÇA — Quatro anos por uma razão: o Presidente José Sarney, ao que me parece, não aceita ser Chefe de Estado. Ele quer ter o poder absoluto nas mãos. Não deseja perder ou dividir este poder, entregando a chefia do Governo a outro. Conseqüentemente, vejo nele um inimigo do parlamentarismo. E se ele é um inimigo do parlamentarismo, eu não quero implantar o novo sistema de baixo do Governo Sarney.

O GLOBO — Diante da proposta de parlamentarismo com quatro anos, não deveria haver a renovação do Congresso?

FOGAÇA — Acredito que este é um dos argumentos mais fortes. Lembro que o Senado, por exemplo, não participa do processo, nem os Governadores e Vereadores. No caso, seria necessário renovar a Câmara dos Deputados. Por isso, não falaria em eleições gerais, se fosse o caso, deveríamos renovar a Câmara. Mas convenhamos que está lá, embutido no

novo sistema, a possibilidade de o Presidente da República dissolver a Câmara. Caso esta Câmara não expresse a vontade popular e produza uma situação de impasse o Presidente poderá dissolvê-la.

O GLOBO — De acordo com as pesquisas, a população está ansiosa por mudanças. Este anseio não passaria pela troca de Governo?

LUÍS EDUARDO — O que a opinião pública mais deseja, na minha opinião, é o acerto da economia. O que a população não gosta é de taxas de inflação alta, de recessão, de falta de emprego. E disso que o povo não gosta. Não existe no povo clamor para votar, o que ele quer são mudanças drásticas na economia e isso passa pela permanência de Sarney e por maior liberdade na economia.

O GLOBO — Ao longo de todo o processo da Constituinte, houve várias tentativas de acordo entre presidencialistas e parlamentaristas. Por que não frutificaram essas iniciativas?

LUÍS EDUARDO — Nestas alturas, acho muito difícil um acordo. Primeiro, quem defende o presidencialismo como princípio, e eu me incluo entre estes Constituintes, não vai mudar. Não se pode raciocinar sobre presidencialismo pensando no tempo do arbítrio, com o Legislativo castrado, mas com este poder forte. O sistema presidencialista, no momento, é o melhor para o Brasil.

O GLOBO — Não é possível um sistema misto?

LUÍS EDUARDO — É impossível casar peixe com boi. Os que querem presidencialismo, querem presidencialismo. Os que querem parlamentarismo, querem, de fato, parlamentarismo. Sou contra um acordo porque não é princípio. Prefiro até que passe o parlamentarismo, o que eu não quero é um sistema arranjado. Isto poderá levar o País a um abismo muito pior dentro de pouco tempo.

O GLOBO — O que o senhor pensa desta articulação em favor do parlamentarismo com cinco anos de mandato. Alguns presidencialistas alegam que, na verdade, o PMDB está fugindo das eleições este ano. A interpretação é correta?

FOGAÇA — Não. O PMDB vai participar com candidato próprio nas eleições diretas e terá de vencer, porque no projeto parlamentarista que estamos apresentando o Presidente da República não é uma figura anódina, neutra, nem mesmo uma figura decorativa.

O GLOBO — Cresceu, nos últimos dias, a impressão de que nenhum sistema reúne maioria absoluta para ser aprovado, o que geraria o "buraco negro" (falta de

votos suficientes para aprovar a matéria). Essa indefinição não jogará o País em uma crise institucional?

LUÍS EDUARDO — O "buraco negro" não seria positivo. Com o impasse, temo que das negociações nasça um sistema arranjado, provisório, que não será duradouro, que não dará condições ao País de superar as crises, sobretudo a crise econômica, que considero muito grave.

O GLOBO — Com o "buraco negro" na questão do mandato, como surgirá o entendimento?

FOGAÇA — Não tenho idéia. Vejo crescer a tese do parlamentarismo com cinco anos. Mas tenho certeza de que não optariamos por um sistema híbrido, pois estaríamos correndo o risco de produzir um monstro, com conseqüências nefastas para a Nação.

O GLOBO — Por que as diversas tentativas de acordo entre presidencialistas e parlamentaristas não frutificaram ao longo dos 14 meses de Constituinte?

FOGAÇA — Por culpa de Sarney, mais uma vez. O Governo nunca quis negociar. Nós fizemos todas as tentativas possíveis e recebemos um basta do Palácio do Planalto, em meados de setembro, pela voz do Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Ivan de Souza Mendes. De lá para cá, não houve mais nenhuma negociação. Apenas tentativas isoladas. O Planalto não credenciou nenhum interlocutor. Sarney já deixou bem claro que deseja um mandato de cinco anos, com sistema presidencialista.

O GLOBO — Os presidencialistas argumentam que o Brasil não reúne condições básicas para a implantação do parlamentarismo, como uma máquina burocrática estável e partidos fortes.

FOGAÇA — Este é um raciocínio bem presidencialista. As pessoas estão pensando no parlamentarismo com um raciocínio básico e fundamentalmente presidencialista. O partido fraco é produto do presidencialismo, que atribui a um homem só a condução dos negócios da Nação e dos destinos de um povo. Isto, evidentemente, gera o descrédito na organização política e social. Toda vez que se pensa que um homem pode resolver todos os problemas de um País admitem-se dispensar o trabalho de articulação da sociedade. E isto que o presidencialismo gerou na nossa sociedade. Principalmente, por uma visão messiânica de que uma figura paternal e salvadora nos conduzirá ao paraíso, sem luta, sem organização e sem dificuldades.

O GLOBO — A hipótese de o presidencialismo vencer por uma margem estreita de votos não indicaria que o Presidente Sarney teria problemas de apoio político no Congresso?

LUÍS EDUARDO — Significaria que dentro de um tempo razoável surgiriam emendas parlamentaristas à Constituição. Mas o parlamentarismo só não pode surgir em um momento de crise como este. Isto dá um atestado de incompetência à classe política. Toda vez que surge uma crise, apela-se para o parlamentarismo. Temos que examinar qual o melhor sistema de governo para o Brasil. E se for parlamentarismo, que se façam eleições gerais, que se renove o Congresso. E os partidos, através das suas lideranças, poderão mostrar suas plataformas de trabalho para vencer a crise e, naturalmente, farão bancadas expressivas dentro do Parlamento. Ai se poderá fazer a composição do novo Governo.

O GLOBO — Uma vitória do presidencialismo fortalece que período de mandato?

## POR QUE SOU PRESIDENCIALISTA

1 'Este sistema não é aventura política'

2 'Os partidos não mantêm um gabinete'

3 'Um modelo híbrido pode levar ao abismo'

4 'Parlamentarismo não resolve crises'



Deputado Luís Eduardo Magalhães

LUÍS EDUARDO — Acredito que o presidencialismo passará com cinco anos. Repito que me preocupa mais a crise econômica do que qualquer outra coisa. E acho que o Presidente Sarney precisa de respaldo político urgente, inclusive dentro do Congresso, para lançar o seu programa econômico.

O GLOBO — Argumentam que o parlamentarismo com mandato de quatro anos agravaria a situação econômica.

FOGAÇA — Se alguém diz que eleições este ano agravam a crise, afirmo que a sua não realização é que a agravará. Não vejo nenhuma sustentação lógica para este argumento. Se assim fosse, imagino que todos os países democráticos do Mundo já te-

postos de quem tem muito e aliviar a carga tributária para aqueles que têm pouco. Dentro deste raciocínio, não se trata de nenhuma discriminação fixar o mandato de Sarney em quatro anos. Afinal, ele foi eleito sem o respaldo popular, por um Colégio Eleitoral que Tancredo Neves dizia que deveríamos enfrentar de narizes tapados. O parlamentarismo deve ser dissolvido do seu Governo para ser implantado com maior força. Os futuros Presidentes, que terão mandatos de cinco anos, ao contrário, serão eleitos diretamente. Assumirão a Presidência com respaldo da população.

O GLOBO — E a tentativa de acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos para o Presidente Sarney?

LUÍS EDUARDO — Acho que isso tudo é uma forma de disfarce. Não concordo com isso. Repito que só admitiria o parlamentarismo com a renovação do Congresso. Com eleições para o Parlamento, teríamos uma nova composição de forças políticas capaz até de gerar um governo melhor definido ideologicamente.

O GLOBO — A disputa entre parlamentarismo e presidencialismo criou, de fato, um confronto entre Governo e Constituinte?

LUÍS EDUARDO — Sim. Porque a maioria dos parlamentaristas quer tomar o Poder das mãos de Sarney.

FOGAÇA — Na qualidade de condutor da transição democrática, o Presidente deveria ter-se colocado como um magistrado diante da Constituinte, sem opinar ou procurar influenciar por ter interesses pessoais em jogo. Mas preferiu seguir o caminho do confronto, questionando a soberania da Constituinte. A Assembleia não teve como fugir de uma relação de vencedores e perdedores.

O GLOBO — O Presidente pediu, logo no início da Constituinte, que as questões do mandato e do sistema fossem definidas antes das demais matérias. Por que isso não aconteceu?

FOGAÇA — O encaminhamento do quadro político não permitiu. Logo no começo da Constituinte, eu mesmo fui favorável à convocação da Convenção Nacional do PMDB para definir estas questões.

LUÍS EDUARDO — Ainda cultivo a esperança de que o bom senso prevaleça. Espero que no segundo turno possamos corrigir uma série de distorções que o plenário aprovou, como o voto facultativo aos jovens de 16 a 18 anos, que é uma inovação brasileira na medida em que não se dá ao menor responsabilidade civil e criminal.



1 'Só aceito um novo sistema de governo com eleições gerais'

riam entrado pelo buraco, pois fazem muitas eleições.

O GLOBO — Mas o processo de renegociação da dívida externa, por exemplo, não seria prejudicado?

FOGAÇA — Pelo contrário. Um Governo com maior legitimidade negociaria com maior facilidade acordos mais convenientes para o País.

O GLOBO — A eventual definição da Constituinte por quatro anos para o Presidente Sarney e cinco para os futuros Governos não representa uma discriminação?

FOGAÇA — Não seria rejeição, nem discriminação e muito menos tratamento diferenciado. Temos de tratar igualmente os iguais e com desigualdades, os desiguais. Esta é a verdadeira justiça. Um governante, por exemplo, tem de cobrar maiores im-